15:18 38%



## Opinião do GLOBO

# Inchaço do cadastro distorce Bolsa Família

*De 22,3 milhões de famílias registradas como pobres, 6,6 milhões estavam acima da linha da pobreza, estima pesquisa*

O Brasil se tornou referência mundial em políticas de transferência de renda por identificar as famílias em situação de risco e pagar os benefícios de forma direta, simples e rápida. Foi crucial a criação, em 2001, do Cadastro Único (CadÚnico). Até então, o governo mantinha listas distintas de beneficiados para vários programas, como Bolsa Alimentação ou Auxílio-Gás. Algumas famílias recebiam ajuda de três ou mais, outras de um só, e o governo não sabia o que acontecia porque as informações eram mantidas em silos. A consolidação do CadÚnico foi determinante para o sucesso do Bolsa Família, lançado em 2003. De lá para cá, ele passou por vários aperfeiçoamentos. Infelizmente, nos últimos anos houve deterioração na qualidade das informações.

Cerca de 6,6 milhões dos 22,3 milhões de famílias registradas como pobres no CadÚnico em 2023 não eram pobres, revelou estudo do Insper encomendado pelo governo. Os pesquisadores cruzaram dados do cadastro com a pesquisa domiciliar periódica do IBGE, a Pnad Contínua. Concluíram que 30% das famílias no CadÚnico tinham renda *per capita* acima de R$ 218 mensais — limiar da pobreza usado para determinar quem recebe Bolsa Família. No Rio, na Baixada Fluminense ou no oeste da Bahia a discrepância passa de 50%. A partir dos resultados, o governo precisa fazer um pente-fino e corrigir a distorção.

Não se trata de retirar as famílias do cadastro, que reúne pobres e segmentos com rendimentos maiores, mas ainda assim vulneráveis (a linha de corte do CadÚnico é renda *per capita* de até meio salário mínimo mensal, ou R$ 706). Mas a reclassificação é urgente para melhorar o foco do Bolsa Família. O governo poderia até aproveitar a oportunidade para rever o critério de entrada no programa, mas não deveria dar acesso a quem não precisa.

É verdade que o estudo não fornece um retrato exato da realidade, pois o universo das amostras e as metodologias usadas no CadÚnico e na Pnad são distintos. Mas faz uma estimativa razoável da diferença. Nos locais onde há maior disparidade, é provável que haja desvirtuamento, com mais famílias que não deveriam estar na lista dos pobres. O mapa das áreas problemáticas é a maior contribuição da pesquisa.

O inchaço do CadÚnico já foi maior. Quando Jair Bolsonaro estava em campanha pela reeleição em 2022, houve inclusão de milhões de beneficiários com a mudança de critérios que resultou na criação do programa Auxílio Brasil. Havia 8,9 milhões de famílias pobres no CadÚnico que não apareciam nos dados da Pnad. No primeiro ano da gestão Lula, o governo deu início à identificação de irregularidades. Cerca de 1,7 milhão de inscrições de famílias com apenas um integrante foram excluídas. O apoio à pesquisa do Insper é parte da depuração em curso.

Manter o CadÚnico atualizado, sem irregularidades, é essencial para o êxito de um programa social que, só em janeiro, consumiu R$ 14,4 bilhões e cujo custo chegou a 1,6% do PIB no ano passado. O Bolsa Família deve ter como meta o combate à pobreza estrutural. Se a família está conjunturalmente em situação de pobreza, a resposta deve ser outra, com ênfase no problema concreto que levou à perda de renda. O consenso sobre a necessidade de apoiar financeiramente os mais vulneráveis é uma conquista da sociedade brasileira. Mas depende da execução eficiente dos programas sociais.

# Vitória da centro-direita em Portugal traz desafio de lidar com ultradireita

*Aliança vencedora terá de negociar com populistas do Chega, que se tornaram terceira força parlamentar*

Os resultados da eleição em Portugal no fim de semana demonstraram o desejo de mudança e deixaram a coligação vitoriosa diante de um dilema para garantir a governabilidade. Foi por pouco, menos de 1 ponto percentual, que os socialistas perderam o primeiro lugar. Contados os votos, a Aliança Democrática, de centro-direita, liderada pelo Partido Social Democrata (PSD), conquistou 29,5% dos votos. Com 28,7%, o Partido Socialista (PS) passou para a oposição depois de nove anos no poder (e um escândalo de corrupção recente).

Em seu discurso de vitória, Luís Montenegro, líder da Aliança Democrática e presidente do PSD, reafirmou o compromisso de melhorar o desempenho da economia e criar empregos com salários melhores aos mais jovens. Reconheceu que o desafio é grande e exigirá "responsabilidade" e "capacidade de diálogo e tolerância". A primeira dificuldade será formar um governo. Na campanha, Montenegro garantiu que não aceitaria a participação do Chega, partido da ultradireita apoiado por Jair Bolsonaro. Confirmando prognósticos anteriores ao pleito, o Chega, liderado por André Ventura, deixou para trás a condição de sigla nanica para conquistar 18% dos votos, tornando-se a terceira maior força no Parlamento.

Para a direita tradicional, deter a ultradireita é questão de sobrevivência. Por isso faz sentido descartá-la da coalizão governista. Mas isso não significa que Montenegro estará livre de concessões. Ele governará sem maioria no Parlamento. Todas as votações dependerão de acertos com as demais forças políticas, ora os socialistas, ora os ultradireitistas. Portugal já teve governos assim, mas o temor é que tal arranjo traga instabilidade.

Outra opção seria Montenegro voltar atrás e chamar Ventura. Partidos tradicionais de direita e centro-direita na Europa costumam evitar essa aproximação, mas há as exceções. Na Holanda, o partido de Geert Wilders, que defende acabar com imigração islâmica e proibir o Alcorão, ganhou em novembro 37 das 150 cadeiras do Parlamento. Num cenário pulverizado, tornou-se uma das principais forças políticas. De lá para cá, siglas tradicionais têm negociado com ele a formação de uma coalizão. Na Suécia, a estabilidade do governo depende de um partido com raízes neonazistas. Na Itália, a ultradireita governa o país.

O português Ventura ganhou fama em 2017 ao destilar preconceitos contra a comunidade cigana, que acusou de ser origem de crimes e de explorar o sistema de seguridade social. Dois anos depois fundou o Chega. Seu programa ataca a imigração, que ele considera diluir a cultura portuguesa. Na campanha, adotou promessas demagógicas, como baixar impostos e elevar aposentadorias ao mesmo tempo. Como todo partido nacional-populista, o Chega adota posições retrógradas em temas que vão da imigração aos direitos civis. Mas, desde que respeite as regras da democracia, deve ser aceito como representante legítimo de uma vertente crescente — ainda que preocupante — na sociedade portuguesa.

## Artigos

oglobo.globo.com/opini.ao/
carlos@oglobo.com.br

### MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

# Interferência indevida

É preocupante a reação inicial do presidente Lula à sua queda de popularidade. Admitir que está longe de atingir o que prometeu durante a campanha eleitoral é saudável, desde que tenha sangue-frio diante da reversão de expectativa e não queira fazer acenos fáceis ao eleitorado.

A posição sobre os dividendos da Petrobras parece ter esse viés populista, que pode levar tudo de trambolhão. Dizer que a estatal deveria pensar antes no povo do que nos acionistas é o tipo de frase que define bem o que pensa do capitalismo nosso presidente, capaz de afirmar que tem o compromisso de reduzir o preço da gasolina e do diesel para o consumidor, mesmo à custa do prejuízo da Petrobras. Lula não vê motivos para manter o preço alinhado ao mercado internacional, embora seja esse o mercado que a estatal disputa, tendo até acionistas estrangeiros.

A preocupação de Lula com os pobres, que lhe fogem pelos dedos em direção à direita religiosa, é saudável, mas ele não consegue entender que o mercado, em vez de ser uma fera faminta que cobra tudo a seu favor, é um marcador da democracia, essencialmente um instrumento da democracia, como transmissor de informações e expressão da opinião pública.

A queda no valor das ações da Petrobras depois da decisão de não distribuir a integralidade dos dividendos aos acionistas, mesmo que esse dinheiro não possa ser usado para investimentos da estatal devido à Lei das Estatais, é a resposta da opinião pública, pois transparência e tudo quando se trata do funcionamento do mercado. Suspeita-se, portanto, que essa interferência do presidente Lula em questão interna da empresa, que tem ações em Bolsa aqui e no exterior, seja uma mensagem de que o governo continuará tentando ditar a direção não apenas da Petrobras, onde é majoritário, mas até mesmo em estatais já privatizadas, como a Vale.

A mensagem sub-repticia é que o governo pretende fazer política pública à custa das grandes empresas nacionais, o que já deu em grande escândalo de corrupção. Foi assim também que a Venezuela de Chávez e Maduro quebrou a PDVSA, num país que tem imensa reserva de petróleo e manipulou os preços para distribuir gasolina e diesel baratos para a população.

***Governo pretende fazer política pública à custa das grandes empresas nacionais, o que já deu em grande escândalo de corrupção***

O Lula deste terceiro mandato difere do Lula do primeiro justamente por essa postura imediatista de busca de resultados, sem pensamento de longo prazo. Apostar no petróleo como futuro, diante da urgência de combustíveis alternativos, é jogar no passado.

É verdade que o momento do governo não é bom, pois o cerco do Congresso se fecha. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deu um recado ao presidente ao dizer que ele deveria ser mais cuidadoso ao tratar de empresas em que é acionista, "compreender seus limites" dentro de um entendimento ético e moral da situação. O movimento para o fim da reeleição, em discussão na Câmara, tem, entre vários outros objetivos, o de esvaziar o poder do Executivo, que, sem ela, perde muita força, mesmo com um mandato estendido para cinco anos.

No último ano, não podendo se recandidatar, o governante perde a força e vira um pato manco, como se diz na gíria política. Com oito anos de mandato, ele tem mais tempo para preparar a sucessão. Não é à toa que Lula já se posicionou contrariamente à proposta, mesmo que ela não o atinja diretamente, pois só poderia entrar em vigor na eleição de 2030. O problema é que a reeleição no Brasil foi muito distorcida desde seu primeiro momento.

Se tivesse sido aprovada para a sucessão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, teria começado sem o vício de ter sido feita para beneficiá-lo. Na verdade, o receio era que o Plano Real fosse boicotado em caso de derrota de Fernando Henrique. A manutenção do plano foi um ganho para o país, e talvez isso tenha justificado a reeleição. Mas, a partir daí, passou a ser um trunfo para o incumbente. O governante é eleito já pensando na reeleição, e fica fazendo benesses para garanti-la.

É um hábito cultural que não superamos. Bolsonaro foi eleito em 2018 dizendo-se contra a reeleição e tentou até o golpe para se manter no poder. Lula venceu em 2022 dizendo que era contra a reeleição e agora se coloca contra o fim dela.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alvim, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwwan - leila.suwwan@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias@oglobo.com.br
Segundo Caderno: Marcelo Dantas - marcelo.dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - andre.sarmento@oglobo.com.br
Redes e mídias sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - gabi@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidelal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Batista - batista@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G.: Vera Cavuco - veracavuco@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Calmon Filho - viktor.calmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie e denuncie qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO até seu jornal de cedo, acesse para verificar seu CEP: oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5191 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC MIX PAPER
A marca do manejo florestal responsável
Leia mais e faça parte: Carta de FSC
CARBON FREE